

Região metropolitana no norte noroeste fluminense ou o Estado da Paraíba do Sul - as relações entre o mundo rural e o mundo urbano: legislação, desenvolvimento, dicotomia e superação tecnológica

Auner Pereira Carneiro*

Professor Pós-Doutorando - Coordenador do Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Municipal-Regional – CNPQ-Lattes. UNIG-ITAPERUNA

Luiz de Moraes Rêgo Filho*

Pesquisador Pós- Doutor da PESAGRO-RIO.

Manoel Faria de Souza Júnior*

Mestre em Políticas Públicas e Processo.

Resumo

Em função da legislação vigente e do desenvolvimento brasileiro, verifica-se que há oportunidade de uma melhor discussão, da antiga dicotomia urbana rural em face de necessidades de um melhor esclarecimento do que é urbano e do que é rural, para atendimento a algumas ações de políticas públicas. Os critérios anteriormente estabelecidos, em plena ditadura Vargas, não mais atendem a estas demandas e carecem de uma superação tecnológica. As teorias estudadas consideram o êxodo rural a saída do homem do campo no sentido das cidades, mas na realidade o que tem acontecido atualmente é o êxodo agrícola, por não ter a população rural o conforto e bens oferecidos no meio urbano. Muitas vezes há um abandono das terras, saindo o proprietário em busca de recursos nas cidades que lhe permitam explorar sua atividade agrícola. Assim, além de manter a posse da terra, vários proprietários de terra também a exploram conjuntamente com sua atividade na cidade, nem que seja no final de semana. Este é um aspecto simples, mas que não tem sido, até então levado em consideração. Identifica-se também que há uma necessidade no planejamento urbano e de políticas públicas das cidades em definir sua população / limite, impondo suas delimitações: aonde acaba um e inicia outro. Há, portanto, necessidade de novos enfoques, uma redefinição nesta dicotomia (urbano / rural) e conseqüente evolução da legislação. Há que se considerar também, que nesta primeira década do século XXI, não é possível em algumas situações, diferenciar o que é urbano ou o que é rural, já que muitas atividades realizadas nas cidades são consideradas rurais e outras, realizadas no meio rural, não são consideradas como de produção agrícolas. Campos dos Goytacazes com um entorno de 35 municípios em três estados é de fato uma região Metropolitana.

Palavras-chave: Legislação, Desenvolvimento, Superação Tecnológica.

Abstract

In function of the effective legislation and of the Brazilian development, it is verified that there is need of a better discussion of the old rural urban dichotomies in face of needs of a better explanation of the than it is urban and of what it is rural, for attendance the some actions of public politics. The criteria previously established, in the middle of the dictatorship Vargas, not more they assist it these demands and they lack of a technological development. The studied theories consider the rural exodus the man's of the field exit in the sense of the cities, but in the reality that has been happening now it is the agricultural exodus, for not having the rural population the comfort and goods offered in the urban way. A lot of times there is an abandonment of the lands, leaving the proprietor in search of resources in the cities that allow to explore your agricultural activity. Like this, besides

maintaining the ownership of the earth, several earth proprietors also do not explore jointly with your activity in the city, nor that is in the weekend. This is a simple aspect, but that has not been, until then mischievous in consideration. He/she also identifies that there is a need in the urban planning and of public politics of the cities in defining your population / it limits, imposing your delimitations: the one where it finishes an and it begins other. There is therefore, need of new focuses, in this dichotomies (urban / rural) and consequent evolution of the legislation. There is to be considered also, that on this first decade of the century XXI is not possible, in some situations, to differentiate what is urban or what is rural, since a lot of activities accomplished in the cities they are considered rural and other, accomplished in the rural way, they are not considered as agricultural. Campos dos Goytacazes with around 35 counties in three states is indeed a metropolitan area.

Keywords: Legislation, Development, Overcoming, Technology

1 Introdução

Este ensaio analisa o espaço rural e seu significado à luz da relação cidade-campo, pois, conforme se verá a seguir, estes três espaços que não podem ser compreendidos separadamente.

Há um complexo efeito de superação de ciclos político-econômico e social, desde as atividades de ocupação territorial, aos movimentos de transição do trabalho escravo para o assalariado e suas compreensões sobre propriedade e socialização.

Sua culminância é agregada às novas manifestações urbano-industriais e dicotomias solidárias as repercussões de mídia interativa, vinculadas aos complexos de dominação financeira e submissão ideológica a mercados emergentes com as inadequações de políticas públicas o que ao longo do processo histórico se transformou na efetiva região metropolitana de Campos dos Goytacazes- RJ.

Nesse sentido, o presente artigo reitera a necessidade de estudos e investigações científicas no que tange a formulação de políticas públicas em consórcio regional, devido a complexidade do atendimento à crescente migração e imigração gerando um fluxo e a consequente ampliação da demanda cidadã regional.

Como ampliação dos horizontes de investimentos, convoca a discussão sobre o desenvolvimento das relações urbano-rurais na região de Campos dos Goytacazes-RJ e municípios circunvizinhos no norte-noroeste fluminense e, limítrofes nos estados ao sul do Espírito Santo e leste de Minas Gerais..

Além de destacar a importância de que os Investidores, públicos e privados, devem ficar atentos às novas evidências multirelacionais de ampliação de seus negócios

em uma transformação inédita em território Brasileiro com as novas oportunidades de relações tradicionais entre o Estado e a população.

Conseqüentemente, ocorrerão novas representações no dualismo sócio-psico-físico nas relações de interesses com relação à propriedade e a socialização por meio de políticas públicas.

2 O desenvolvimento das relações urbano – rurais na região de Campos dos Goytacazes-RJ

Este mundo rural secular opõe-se claramente ao mundo urbano, marcado por funções, atividades, grupos sociais e paisagens não só distintos, mas, também, em grande medida, construídos contra o mundo rural.

Por um lado, inicia-se um acentuado processo de “perda de centralidade econômica, social e simbólica por parte do mundo rural” (FERRÃO, 2000). O projeto de desenvolvimento rural e legislação adotada ao longo de décadas no país têm como principal objetivo à expansão e consolidação do agronegócio, tendo alcançado resultados positivos, sobretudo em relação ao aumento da produtividade e à geração de divisas para o país via exportação em outros estados.

O avanço dos movimentos sociais no campo e a intensificação de suas lutas, têm tornado cada vez mais evidente a necessidade de se elaborar uma estratégia de desenvolvimento para o campo que priorize as oportunidades de desenvolvimento social e não se restrinja a uma perspectiva estritamente econômica e setorial.

Apesar de o Brasil ser um país de população predominantemente urbana, com apenas cerca de 20% de sua população residindo em áreas rurais, segundo dados do Censo do IBGE de 2010,(IBGE, 2010) grande parte de nosso vasto território permanece rural e apresenta forte potencial agrícola.

A pobreza é proporcionalmente muito maior no campo do que na cidade, atingindo 39% da população rural em 2010. É também neste espaço onde são identificados os menores índices de escolaridade e as maiores taxas de analfabetismo do país.(MARQUES, 2002)

Porém, em contraste com esta situação e demonstrando didaticamente a importância e pertinência de uma distribuição de terras mais justa para se alcançar o desenvolvimento social e econômico do campo, pode-se citar o exemplo de alguns municípios do sul do país, dentre eles Feliz, Parai, Nova Prata e Salvador do Sul no Rio

Grande do Sul e de Indaial, Gaspar, Videira e Timbó em Santa Catarina, onde a produção camponesa tem peso significativo e são observados em boa parte os maiores índices de desenvolvimento humano. (MARQUES, 2002)

Simultaneamente, o fato da expansão das infraestruturas e dos equipamentos de apoio à qualidade de vida dos cidadãos serem muito mais rápida nas aglomerações urbanas reforça o papel das cidades como polos de prestação de serviços pessoais e sociais.

A industrialização da agricultura, particularmente visível a partir do final da Segunda Guerra Mundial, veio introduzir uma nova inflexão importante, ao fraturar o mundo rural em duas realidades bem distintas: o mundo rural moderno e o mundo rural tradicional.

Começa, assim, a ganhar consistência uma nova dicotomia pós-rural/urbano, que valoriza antes a oposição existente entre um mundo moderno (que pode ser urbano-industrial ou rural) e um mundo arcaico (predominantemente rural). Nos anos 1980 assiste-se à invenção social de uma nova realidade: o mundo rural não agrícola. Esta perspectiva introduz na década seguinte elementos novos e tecnológicos no modo de encarar os mundos rural e urbano, em si e na forma como se relacionam. (UNICAMP hoje, 2003)

A valorização da dimensão não agrícola do mundo rural é socialmente construída a partir da ideia de patrimônio. A ideia de um mundo rural não agrícola que importa preservar ou que se vende - em virtude do seu valor patrimonial vem alterar, uma vez mais, as relações urbanas - rural.

Pelo menos ao nível simbólico e do discurso político, a cidade - ou melhor, a franja mais escolarizada da população urbana - recupera o velho mundo rural, crescentemente reduzido, no entanto, a um dos elementos da velha tetralogia que tradicionalmente o caracterizou: a paisagem.

O projeto de desenvolvimento rural adotado ao longo de décadas no país tem como principal objetivo à expansão e consolidação do agronegócio, tendo alcançado resultados positivos, sobretudo em relação ao aumento da produtividade e à geração de divisas para o país via exportação.

Não é feita qualquer referência às funções peculiares dos diferentes aglomerados que constituem um fator fundamental na diferenciação entre o espaço rural e o espaço urbano. A densidade demográfica constitui um critério muito importante para permitir a diferenciação entre urbano e rural do restante dos municípios que se encontram fora dessa

teia. A divisão do território brasileiro em inequivocamente urbano, essencialmente rural e em condições intermediárias o que qualifica a Norte-Noroeste Fluminense.

As relações cidade-campo teriam mudado radicalmente na segunda metade do século XX, sem, contudo reduzir o contraste entre estes espaços. O desenvolvimento leva a uma forte revalorização do ambiente natural, em vez de suprimir a diferença entre cidade e campo por obra e graça da organização conjunta da agricultura e da indústria.

Defender a viabilidade econômica do espaço rural e por isso busca superar a concepção de espaço rural como sinônimo de atraso, enfatizando o dinamismo encontrado 2015 nestas áreas em países desenvolvidos. O desenvolvimento do capitalismo e a industrialização da agricultura desencadeiam a urbanização do campo. O urbano representaria relações mais globais, mais descoladas do território, enquanto o rural refletiria uma vinculação local mais intensa. (MANDEL, 1968).

Defende-se que o avanço do processo de urbanização é responsável por mudanças significativas na sociedade em geral, atingindo também o espaço rural e aproximando-o da realidade urbana.

Historicamente, tanto na geografia como na sociologia tem predominado a adoção do enfoque dicotômico.

A ambiguidade acima referida se encontra na origem mesmo do conhecimento sociológico e expressa a influência simultânea do conservadorismo e do cientificismo.

Esta crise é marcada por um conjunto de transformações sociais relacionadas à intensa migração do campo para a cidade e conseqüente esvaziamento do campo, além da invasão deste pelas cidades.

Assim, a sociologia rural reproduz a ambiguidade fundamental da sociologia e surge como conhecimento instrumental voltado para a superação do atraso do campo. (MARQUES, 2002).

Desde fins dos anos 1970, pode-se falar de uma retomada da abordagem dicotômica relacionada a uma redefinição da relação cidade-campo resultante da crise urbana e da degradação geral das condições de vida na cidade.

Analisa impactos do deslocamento de pessoas da cidade em direção ao campo verificado na última década na França. Neste sentido, fala-se em triunfo da urbanidade.

O meio rural se encontraria em 2015, completamente integrado ao conjunto social e espacial do país. Diferentes seguramente enquanto meios, enquanto ambiente, o campo está povoado por rurais cuja especificidade foi apagada em favor da homogeneização da sociedade inteira.

O sistema de valores encontrado na população rural de outrora, marcado por solidariedades coletivas, é substituído pela cultura do zapping e pelo individualismo.

O campo é obra secular dos homens: ele é cultivado, artificializado. O campo é um dos monumentos da civilização urbana é um espaço construído onde a natureza assusta sempre um pouco.

Em meados do século XIX o marxismo divulga: “A oposição entre a cidade e o campo começa com a transição da barbárie à civilização, da organização tribal ao Estado, da localidade à nação e persiste através de toda história da civilização até nossos dias”. (MEQUAD, 1984)

3 Novas oportunidades: novas relações entre o estado x população.

Evidências nos meios de comunicação social indicam a precariedade dos atendimentos aos fluxos de demanda por serviços públicos, rurais e urbanos voltados ao cumprimento de políticas públicas já definidas.

Assim, considera-se que “Neste século XXI, a racionalidade passa (ou parece passar, ou pretende passar) longe da cidade, acima dela, na escala do território nacional ou do continente. Buscar-se-á compreender o significado da ruralidade partindo-se da análise da relação cidade-campo ao longo do tempo no ocidente. A explosão da cidade acompanha a extensão do tecido urbano” (MEQUAD, 1984).

Contudo, não há adequação de planejamento e gestão sustentáveis para que possam vencer a antecipação de etapas nos cenários do desenvolvimento regional. Com isso, “O Estado se erige como planificador e, cada vez mais associado a grandes empresas, tende a se apoderar de funções, atributos e prerrogativas da sociedade urbana, retirando dela poder político, desvalorizando-a. A cidade é transformada em meio, dispositiva material a serviço da organização da produção, do controle da vida cotidiana e da programação do consumo”. (MARQUES, 2002.).

Consequentemente advém a desumanização da cidade pelo tempo da mercadoria e do capital financeiro que nega a sua herança comunitária de lugar de encontro e de lutas.

A cidade torna-se centro privilegiado do consumo em detrimento de seu significado como lugar da política. O urbano assim concebido corresponde à forma geral do encontro e da simultaneidade.

O campo transformado em gueto dos lazeres corresponde a um desvio do desejo de uma vida plena, não alienada, desejo que também se manifesta com a afirmação do urbano como lugar do uso e do encontro.

Além dos diferentes conteúdos assumidos pelos espaços urbano e rural no tempo a contemporaneidade também comporta o diverso.

O espaço rural comporta mais facilmente mudanças na composição orgânica do capital do que se verifica nas cidades a substituição de sua composição técnica, pois é muito mais caro arrasar um quarteirão para abrir uma nova avenida do que, por exemplo, substituir máquinas, sementes e produtos químicos.

Um projeto de desenvolvimento rural que vise à inclusão social a partir da melhoria geral das condições de vida e da realização de novas atividades no campo deve se basear no processo de descentralização política e de valorização de saberes Regionais.

Discutir alternativas para o campo apoiadas, sobretudo em demandas da cidade implica forte risco de manutenção da população rural em situação de subordinação ao complexo industrial.

Em 2013, a essas condições já tradicionais, são incorporados novos papéis, integrados a um movimento de ressignificação do rural, em que a natureza e as atratividades do campo, tornam-se mercadorias valiosas.

Não se trata apenas da terra ou do trabalho a ela incorporado.

Trata-se de novos atributos, muitas vezes imateriais, em que valores ligados à natureza, à paisagem, à exploração do trabalho em áreas rurais, obrigam-nos a repensar a própria teoria da renda da terra. São às novas territorialidades, resultantes das interações urbanos - rural e às identidades que a elas se integram, que dedicaremos este ensaio.

O objetivo central é definir e analisar tais interações que serão denominadas urbanidades no rural. Com isso, procura-se compreender as intrincadas formas de produção do espaço rural, manifestadas em territorialidades híbridas -urbanidades no rural- integradas à lógica geral do desenvolvimento do capitalismo.

O primeiro sendo politicamente e economicamente uma das sustentações do governo define-se uma lógica capitalista em que novas representações do espaço emergem e vão ser difundidas como um novo rural. Há uma realidade Rural que se torna, cada vez mais, diferente de estrutura de produção agrícola.

Como evidência disso, como, aliás, no início do processo de industrialização, a indústria, muitas vezes, ruraliza-se.

Os serviços se estendem ao campo reforçando aquilo que será chamado de urbanidades no rural aceleradas pela industrialização do (e no) campo e da própria agricultura.

Há um movimento de expansão física e de expansão ideológica dos padrões urbanos que vão caracterizar o que alguns denominam novo rural que, cada vez mais, se distancia do predominantemente agrícola.

Desaparece gradativamente o tradicional corte rural/urbano; a pluriatividade, que mescla atividades não agrícolas (a maioria de caráter urbano) e agrícolas no espaço rural; a diminuição do tempo necessário para o trabalho agrícola (mecanização etc), que podem levar o agricultor à dedicação parcial à agricultura, podendo incorporar outras fontes de renda ao orçamento familiar; políticas de redução das áreas cultivadas, onde tecnologias são incorporadas - área menor com mais produtividade; novas atividades surgem no campo, antes exclusivas da cidade; a localização de fábricas no campo: a difusão de trabalho industrial no campo (trabalho a domicílio); a unidade familiar tornando-se cada vez mais distinta da unidade de produção e marcando o momento presente do mercado de trabalho rural.

Sintetiza bem esse processo de recriação do rural, com base na pluriatividade e na perspectiva de uma multifuncionalidade do território (defesa dos patrimônios naturais e culturais).

Esse (novo mundo rural) passa a ser compreendido não mais como espaço exclusivo das atividades, mas como lugar de uma sociabilidade mais complexa que aciona novas redes sociais regionais, estaduais, nacionais e mesmo transnacionais.

Redes sociais, as mais variadas, que no processo de revalorização do mundo rural, envolvem a reconversão produtiva (diversificação da produção), a reconversão tecnológica (tecnologias alternativas de cunho agroecológico e natural), a democratização da organização produtiva e agrária (reforma agrária e fortalecimento da agricultura familiar), bem como o fortalecimento dos turismos rurais (ecológico e cultural).

Isto nos coloca frente a um complexo processo de heterogeneização do espaço, integrada à lógica desigualizadora do desenvolvimento do capitalismo, na qual interagem dimensões econômicas, políticas, culturais e simbólicas.

Sugerem-se duas vertentes analíticas: A primeira parece trabalhar com a ideia de urbanização do rural, em que o rural desaparecerá e se tornará urbano, isto num reducionismo muito simplificador, com os corredores de exportações planejados ou não.

Essa ideia tem permeado, com maior ou menor intensidade, as análises da maioria dos autores da chamada teoria social crítica, numa abordagem mais clássica.

Tal visão do rural tem atravessado a maioria das análises efetuadas, inclusive aquelas oriundas de (MARX, 1964.) que, ao estudar as relações cidade-campo não

escapou da visão urbanocêntrica que dá primazia à cidade em sua luta contra o campo e corroborou uma imagem retrógrada do campo constituindo-o como o outro da cidade.

A urbanização do rural pode ser relacionada à ideia de continuum, em que haveria graus distintos de urbanização do território.

Esta percepção da necessidade de uma abordagem multiescalar é que permite recorrer a uma segunda vertente analítica, com a qual mais se identifica a proposição denominada urbanização no rural, que pleiteia a manutenção de especificidades no espaço rural, mesmo quando impactado pela força do urbano.

Admitir-se a possibilidade da convivência, num mesmo espaço, da cultura rural com a cultura urbana, o que reforça a ideia da presença das urbanidades no rural.

Afinal, em que estado, com as dimensões territoriais do estado do Rio de Janeiro, existe tamanha macrocefalia metropolitana, com um peso político, econômico, demográfico, cultural tão concentrado numa única cidade.

No Estado do Rio de Janeiro, principalmente nas regiões de novos investimentos em infraestrutura, observa-se uma verdadeira metropolização do espaço que imprime ao território características antes exclusivas da região metropolitana, fazendo com que não só as práticas sociais, mas, inclusive as identidades dos lugares, fiquem sujeitas aos códigos da metrópole, com lastro sócio imperial, o que caracteriza o espaço Campista e regional.

Mais de 95% da população do Estado do Rio de Janeiro é considerada, estatisticamente, urbana e, destes, 76% residem na Área Metropolitana (mesmo tendo reduzido ligeiramente essa participação), o que marca, em nosso estado, forte imbricação do urbano e do rural, facilitada pela mais densa rede rodoviária do país.

A enorme macrocefalia exercida pela AMRJ – Associação dos Municípios do Rio de Janeiro, que dos dez municípios mais populosos do estado do Rio de Janeiro, sete estão na Área Metropolitana, já nos faria relativizar a aplicação dos indicadores da OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - em nosso estado.

Aspecto mais importante ainda é o risco que se corre ao distinguir estatisticamente urbano e rural, como se faz no Brasil, desde 1938, com a definição oficial do que é urbano. “Rural é tudo o que não é urbano”. (RUA, 2006).

3 As novas representações do dualismo sócio-psico-físico

A ressignificação do rural, através da ideia de urbanidades no rural inclui uma série de representações que rerepresentam este espaço como outro rural.

Virtual e real se confundem nas recriações que as novas representações do rural carregam. É aí que se percebe o caráter híbrido do território.

Um mundo rural que interage com o mundo urbano, sem deixar de ser rural; transformado, não extinto. A escala da ação torna-se, cada vez mais, um elemento definidor das interações espaciais das interações do rural com o urbano como se procura demonstrar neste artigo.

O tratamento do tema da pluriatividade e do crescente engajamento dos residentes rurais em atividades não agrícolas ocorre desde o final dos anos 1960 – desmobilização da rede ferroviária, descaracterização da produção cafeeira Norte Fluminense, êxodo rural, no Brasil, não sem antes a descaracterização do plano Republicano ao destruir a escravocracia imperial com a cana de açúcar. Essa discussão começou a ganhar corpo, dentro de uma linha de pesquisa sistemática e de âmbito nacional, apenas no início dos anos 1980, com grande destaque para aqueles contidos no Projeto Rurbano, com o intuito de mostrar que o rural brasileiro não pode mais ser entendido como o espaço onde são desenvolvidas apenas as tradicionais atividades agrícolas e pecuárias.

A profunda transformação da estrutura de ocupação da população rural, no Norte Fluminense, com o forte crescimento das atividades não agrícolas, consolidou um quadro de grande heterogeneidade das famílias rurais, cujas estratégias de sobrevivência e/ou acumulação cada vez mais incluem outras atividades econômicas juntamente com a agricultura. Mudanças rurais e crescimento significativo das ocupações nas atividades não agrícolas são evidenciadas a partir da década de 1980.

O crescimento das ocupações não agrícolas da população rural tendeu a explicar o motivo desse comportamento focalizando apenas um dos pontos fundamentais relacionados com as profundas transformações pelas quais vem passando o meio rural, qual seja, a clara e forte tendência de queda das ocupações agrícolas.

Em 1950, 54% dos trabalhadores latino-americanos estavam ocupados na agricultura. No início dos anos 90, essa participação caiu para 25%. Na América Latina, ao redor de 70% dos ocupados com residência em áreas rurais tinham sua ocupação principal na agricultura até o início dos anos 90.

No entanto, comparando-se os anos iniciais e terminais considerados na pesquisa, observa-se que a proporção de pessoas residentes no meio rural e dedicada principalmente à agricultura diminuiu em praticamente todos os 18 países pesquisados. No período

considerado, a PEA – População Economicamente Ativa - rural agrícola decresceu a uma taxa de -0,8% ao ano, ao passo que a PEA não agrícola cresceu a taxas de 3,4 % ao ano, valor maior do que o crescimento médio da PEA total na América Latina como um todo (2,6% ao ano).

Esse conjunto de atividades, assim como a ocupação da população economicamente ativa com domicílio rural nos setores do comércio, da indústria e da prestação de serviços, públicos e privados, responde cada vez mais pela nova dinâmica populacional do meio rural paulista, como exemplo comparativo”. (MARQUES, 2002).

Verifica-se com base nessa reflexão que, o crescimento das ocupações não agrícolas da PEA rural na região não metropolitana do Estado de São Paulo manifestou-se com grande magnitude nos anos 90.

Esse crescimento foi tão intenso que, no período compreendido entre 1992 e 1997, as ocupações não agrícolas dos residentes rurais (entendidos como as situações de domicílio de distritos e povoados e rural agropecuário) superaram as agrícolas.

“Deve ser ressaltado, também, que nesse ano, pela primeira vez as ocupações não agrícolas dos residentes no rural agropecuário superaram as ocupações agrícolas (448 mil pessoas ocupadas, contra 432 mil em atividades agrícolas)”.

Na área rural classificada como distritos e povoados, desde o início dos anos 90, a PEA não agrícola já era bem superior à agrícola. Saliente-se que cerca de 90% do total da PEA rural não metropolitana (agrícola e não agrícola) encontrava-se no rural privado.

A partir dos dados do Sensor Rural, boletim quadrimestral da Fundação Seade, é possível observar quais foram às culturas que mais influenciaram na queda das ocupações agrícolas nos anos 90.

A demanda de mão-de-obra apresentou queda ao longo dos anos 90, reforçando os dados das PNADs – Plano Nacional por Amostra de Municípios.

As principais reduções das ocupações agrícolas ocorreram nas culturas de cana-de-açúcar (após 1995, com a crise do setor e a intensificação do uso de colhedoras mecânicas na colheita da cana crua), café e grãos e oleaginosas.

“Os contratos de produção dos agricultores com as agroindústrias fabricantes de compotas, doces e sucos, além do próprio aumento do consumo in natura de frutas frescas, têm permitido a expansão da área cultivada com a fruticultura no estado de São Paulo”. (BASALDI, 2001).

Os principais ramos de atividade da PEA rural não metropolitana paulista, em 1999, foram os de prestação de serviços, indústria de transformação, comércio de

mercadorias, indústria da construção e serviços sociais, que responderam por cerca de 85% do total das ocupações.

No Estado de São Paulo, nota-se a presença de praticamente todas as dinâmicas responsáveis pelo crescimento das ocupações não agrícolas da população residente no meio rural. Por isso é necessário conhecer novas perspectivas e linhas de pesquisa, identificadas a propor uma nova legislação.

Os dados das PNADs mostraram que, nos anos 1990, consolidou-se uma mudança estrutural, que já estava em curso desde meados da década de 80, nas ocupações da população economicamente ativa residente no meio rural paulista, principalmente daquela com domicílio no rural não metropolitano.

A forte redução das ocupações agrícola motivada pela mecanização crescente do processo produtivo na agropecuária e pela redução da área cultivada com importantes culturas, juntamente com as marcantes transformações pelas quais vem passando o meio rural no estado de São Paulo (crise de rentabilidade da agricultura, novas funções de moradia, lazer e turismo no meio rural, mudanças nas famílias rurais, alterações na estrutura das propriedades rurais, homogeneização dos mercados de trabalho urbano e rural), produziu como resultado um significativo aumento da PEA rural ocupada em atividades não agrícolas.

Pelo contrário, pois, em 1999, 456 mil pessoas residentes no meio rural não metropolitano ainda estavam ocupadas em atividades agropecuárias. Pensar dessa forma seria reintroduzir outra dicotomia (agrícola/não agrícola) em substituição à velha e desgastada separação rural/urbano". (BASALDI, 2001).

Com esse modelo é possível meditar sobre a realidade Norte-Noroeste Fluminense, onde também é necessária e interessante a realização de estudos para o outro grupo mais numeroso de residentes rurais ocupados em atividades não agrícolas, os trabalhadores por conta-própria, assentamentos e reforma agrária:

a) pesquisas empíricas sobre as formas de pluriatividade das famílias rurais e o seu desempenho nos anos e o porquê do enorme crescimento das famílias não agrícolas no rural não metropolitana;

b) pesquisas de campo sobre turismo rural e sustentabilidade, regulação do uso do solo rural, novos rurais e suas relações com as atividades não agrícolas;

c) aprofundamento teórico das relações urbano-rural e do papel dos grandes centros urbanos na demanda por bens e serviços de qualidade no meio rural e na dinamização das atividades não agrícolas;

d) pesquisas que analisem as relações entre crise urbana e crise agrícola como motor de expansão das ocupações dos residentes rurais em atividades não agrícolas.

5 Considerações finais

As indagações anteriores revestem-se de um caráter mais eloquente na região da Baixada Goitacá, onde se verificou na última década a falência do parque sucro – alcooleiro e em seguida a entrada de um complexo portuário e petroquímico aprofundando e ampliando os impactos da relação rural x urbano industrial.

As evidências e sintomas da crise de metodologias, paradigmas e políticas públicas caracterizam a necessidade de estudos e pesquisas ora desenvolvidas no Grupo de Pesquisa Institucional sobre desenvolvimento municipal / regional, para que seja possível o diagnóstico, estabelecendo um quadro de referência, visando propor novos indicadores que subsidiem a proposição de uma legislação adequada aos novos cenários das próximas cinco décadas do século XXI, como por exemplo: *A favorabilidade de terras para o planejamento sustentável rural e urbano.*

Muitas vezes, os projetos em prol da organização e planejamento da produção são esquecidos ou mesmo desconhecidos dos tomadores de decisão, tendo como foco principal, os ganhos sociais, econômicos e ambientais, tanto no planejamento rural como no planejamento urbano.

Para que o uso da terra cumpra de forma sustentável seu propósito maior de gerar ganhos sociais, econômicos e ambientais, é necessário que os conhecimentos destes macro fatores sejam interpretados multicriterialmente de forma a fornecerem resultados básicos propulsores para planejamento e desenvolvimento de políticas públicas adequadas.

A solução proposta pelo projeto ora em desenvolvimento propõe a produção de cartas básicas de planejamento relativo aos macros fatores ambiental, social e econômico que, interpretadas em conjunto, regulam e ditam o melhor uso e ocupação das terras para planejamento rural e urbano.

Trata-se de uma inovação de processo. O aspecto inovador é a adaptação de informação e processo pré-existente, adaptado para produção de mapas básicos orientadores ao planejamento rural e urbano.

Induz aos tomadores de decisão nos âmbitos estaduais, regionais e municipais a desenvolver projetos que atendam ao conceito da sustentabilidade baseado no Triple “Bottom Line”.

Sob o ponto de vista do planejamento rural, os resultados a serem alcançados coincidem com os almejados pelos I e II Rio Eco Rural da Comissão de Agricultura, Pecuária e Políticas Rural, Agrária e Pesqueira, da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Nesse sentido, tem como fim específico o de diagnosticar a situação do meio rural do Estado do Rio de Janeiro, suas potencialidades e seus obstáculos que impedem o desenvolvimento.

Para o planejamento urbano, obtenção de cartas que indicam sítios propícios à urbanização numa escala de extremamente aptos a extremamente inaptos justificando cada um por uma legenda simples de fácil interpretação.

Assim, objetiva-se alcançar o proposto pelo artigo 182, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e pela lei 10257, que no Estatuto da cidade, estabelece normas de ordem pública de interesse social em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

O futuro tem como potencial de mercado o Governo Estadual, governos municipais, ONGs, Sociedades civis organizadas.

A presente inovação de processo abre perspectivas aos diferentes planos de governo e demais entidades governamentais ou não, reduzindo custos com relação às diferentes etapas e fases de Planos, Programas e Projetos.

É nesse sentido que não comportando mais a adequação aos modelos anteriormente experimentados, espera-se que sejam reivindicados os parâmetros de uma Política Pública de institucionalização da região metropolitana no norte-noroeste fluminense ou em maior instância a configuração, a legitimação do Estado da Paraíba do Sul, antes que seja tarde.

REFERÊNCIAS

Os demógrafos caminham sobre o fio da navalha UNICAMP hoje: on-line. Disponível em: http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/novembro2003/ju238pag06.htm. Acesso em 23 junho. 2015.

BASALDI, O. V. O novo rural paulista: evolução e perspectivas. Estudos Sociedade e Agricultura, v. 17, p. 81-103, out. 2001.

FERRÃO, J. M. M. Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação atual e pistas para o futuro. . Revista EURE, Pontifícia Universidad Católica de Chile, Santiago do Chile, vol. XXVI, n.º 78, pp. 123-130. 2000.

IBGE (Rio de Janeiro, RJ). Anuário estatístico do Brasil – 1978 a 2000. Rio de Janeiro, 2000.

_____. Censo de 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/painel/aceso> em 20.05.2015.

MANDEL, E. A formação do pensamento econômico de Karl Marx. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. In: Espaço rural – Relação cidade-campo – Ruralidade – Desenvolvimento rural. Terra Livre, São Paulo Ano 18, n. 19. p. 95-112, jul./dez. 2002.

MARX, K. O Capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964. vol. 1.

MEQUAD, D. Economic Marxists. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

RUA, J. Urbanidades no rural: o dever de novas territorialidades. CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n.1, p. 82-106, fev. 2006.